

Os espaços públicos da cidade e as meninas: reflexões etnográficas com um coletivo feminista estudantil

Public spaces in the city and girls: ethnographic reflections with a student feminist collective

Maria Eduarda de Moraes Torres^a, Alexandre Barbosa Pereira^b

Resumo Esse artigo objetiva apresentar reflexões sobre a relação de meninas estudantes do ensino fundamental com os espaços públicos da cidade a partir de uma etnografia com um coletivo feminista estudantil. O grupo, composto por estudantes e professoras, é situado em uma escola municipal de ensino fundamental da zona leste paulistana, no Cidade Líder. A criação do coletivo foi motivada por situações de assédio enfrentadas pelas meninas nos trajetos de suas casas até a instituição, além de outras demandas da escola. Analisando esses desafios e outras experiências em campo, busca-se refletir sobre entraves nos processos de apropriação das meninas dos espaços da cidade e impactos em suas socialidades. Objetiva-se analisar essa questão em relação a outros lugares de destaque no cotidiano das estudantes de 10 e 11 anos participantes do grupo, como as suas casas, as redes sociais e a própria escola. Com isso, pontuam-se algumas questões que podem ser relevantes ao pensar sobre as práticas culturais das meninas e o contexto urbano, como o olhar para outros espaços e a articulação de categorias como gênero, curso da vida e lugar. O coletivo feminista e a escola destacam-se como lugares centrais para o diálogo sobre questões de gênero e sexualidade em uma perspectiva plural, abrindo possibilidades para compreender os desafios relacionados à mobilidade das meninas.

Palavras-chave Espaço urbano. Etnografia. Juventude. Gênero. Escola.

Abstract *This article aims to present reflections on the relationship of elementary school girl students with the city's public spaces, based on an ethnography with a student feminist collective. The group, composed of students and teachers, is located in a municipal elementary school in the East Zone of São Paulo, in Cidade Líder. The collective's creation was motivated by situations of harassment faced by the girls on their commutes from*

-
- a Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mem.torres@unifesp.br
b Professor do Departamento de Ciências Sociais e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), abpereira@unifesp.br

home to the institution, in addition to other demands within the school context. By analyzing these challenges and other experiences in the field, the study seeks to reflect on obstacles in the girls' processes of appropriation of the city's public spaces and the impacts on their socialities. The objective is to analyze this issue in relation to other prominent places in the daily lives of the 10 and 11-year-old students participating in the group, such as their homes, social media, and the school itself. With this, some questions that may be relevant when thinking about the girls' cultural practices and the urban context are highlighted, such as looking at other spaces and the articulation of categories like gender, life course, and place. The feminist collective and the school stand out as central places for dialogue on gender and sexuality issues from a plural perspective, opening possibilities for understanding of the challenges related to girls' mobility.

Keywords *Urban space. Ethnography. Youth. Gender. School.*

INTRODUÇÃO

Em discussões consideradas clássicas sobre as culturas juvenis e o contexto da cidade é possível questionar o lugar das meninas ou, melhor, a sua falta de lugar (Pereira, 2023; Weller, 2005). Nessas análises, por vezes, as práticas culturais das meninas não são colocadas em evidência e as dos meninos não são compreendidas como, também, genericadas. Ressalta-se que a relação das meninas com os espaços públicos urbanos apresenta diversas complexidades, tanto nas pesquisas clássicas, quanto em um cenário contemporâneo, indicando violências e desigualdades relacionadas às questões de gênero, étnico-raciais, sexualidade, curso da vida, entre outros marcadores sociais da diferença. É notável que essas dimensões impactam os modos como as meninas, mais novas ou mais velhas, se apropriam dos espaços públicos e de outros lugares de seus cotidianos.

Considerando essas questões, gênero e juventude, entre outras categorias etárias, podem ser compreendidos para além de recortes de pesquisa. Isto é, como características de interlocutores e interlocutoras de uma investigação. Essas noções podem ser entendidas como categorias que podem ser tensionadas e questionadas a partir de como as meninas concretamente, em seus contextos, vivenciam gênero e juventude. Em relação aos espaços públicos, a ausência das meninas na cidade, por exemplo, pode indicar algo significativo, apontando para os modos como as suas culturas são vivenciadas. McRobbie e Garber (1982) apostam nisso ao pensar sobre a especificidade da cultura das fãs e os quartos das meninas, entendendo uma restrição das jovens aos espaços da cidade no contexto britânico no século XX e as particularidades das suas práticas culturais, centradas no espaço doméstico. Assim, o lugar, como espaço e práticas de poder, também emerge como uma noção produtiva para pensar sobre as culturas das meninas (Mitchell; Rentschler, 2016).

No Brasil, o debate sobre como as questões de gênero e principalmente a atuação das meninas têm gerado novas configurações do espaço escolar já é tema de debate acadêmico de diferentes áreas. Frazão (2024), em uma etnografia em um bairro periférico de Campinas, voltou-se para as meninas de 12 a 17 anos em seu campo, discutindo suas diferentes feminilidades e a sua relação com o espaço escolar. A autora demarca essas feminilidades em relação às amizades das meninas, desafetos, a sexualidade, o desempenho escolar e a perspectiva de futuro das estudantes. Silva (2019) apresenta a escola como um território juvenil a partir de pesquisas etnográficas e atividades de extensão em escolas públicas de ensino médio na Baixada Santista, em São Paulo. A autora discorre sobre feminilidades e masculinidades no espaço escolar, compreendendo o uso dos celulares como algo central no cotidiano dos e das estudantes e no processo de constituição de performatividades de gênero. Santos (2009), por sua vez, discute sobre gênero e juventude a partir de uma etnografia em uma escola estadual em Vitória, no Espírito Santo. A autora destaca como meninos e meninas relacionam-se com o próprio espaço escolar, mas também destaca seus modos de experimentar a juventude. Para a autora, as meninas encontram no espaço escolar um modo de romper com determinadas subordinações relacionadas às questões de gênero enquanto os meninos não se identificam com a escola, a entendendo como uma obrigação. Nesse sentido, as meninas, para a autora, se aproximam do ser aluna e se afastam da experiência da juventude. Os meninos, entretanto, possuem experiências juvenis mais amplas e, nesse processo, se afastam da sua posição de alunos. Essas pesquisas, em diálogo com este artigo, demonstram como a escola pode despontar como um lugar significativo para uma reflexão sobre as experiências das meninas. Entretanto, enfatiza-se a relevância de pensá-la em articulação com outros lugares do cotidiano das meninas e meninos.

Levando em conta essas questões que permeiam os estudos sobre as meninas, o artigo apresenta algumas reflexões sobre a relação das meninas com a escola e com os espaços públicos da cidade a partir de uma etnografia com um coletivo feminista escolar. Para isso, parte-se de uma investigação desenvolvida com um grupo situado em uma escola municipal de ensino fundamental na periferia da zona leste paulistana, no Cidade Líder. O trabalho de campo foi desenvolvido por uma das pesquisadoras durante todo o ano letivo de 2024 em reuniões semanais do coletivo na escola. A investigadora participou de 21 encontros do grupo em 2024. Nesse momento, as integrantes do coletivo eram, sobretudo, meninas de 10 e 11 anos, do quinto e sexto ano do ensino fundamental. As principais interlocutoras da pesquisa foram Maitê, Helenna, Lara, Luna, Giovana, Estrela e Mirella, além

das professoras Carolina e Vanessa¹. Helenna, Lara, Giovana, Estrela e Mirella são meninas negras e cisgênero. Maitê é uma menina branca e cisgênero. Vanessa, de 38 anos, e Carolina, de 44, são mulheres brancas e cisgênero.

Além da participação no coletivo, foram realizadas entrevistas com duas professoras participantes do grupo, Vanessa e Carolina. Vanessa é pedagoga e professora de Português e Carolina é professora de Ciências. Também foi realizada uma entrevista com Rebeca, uma jovem branca cisgênero de 18 anos, ex-aluna da escola que participou da formação do coletivo. A entrevista com Rebeca aconteceu em 2023 em um café no bairro escolhido pela jovem. A entrevista semiestruturada foi gravada e transcrita. As entrevistas realizadas com as professoras, em 2024, também semiestruturadas, aconteceram de modo online, pelo Google Meet. Os dois encontros foram gravados e transcritos. Para a elaboração das análises do artigo, foram utilizados registros dos diários de campo e momentos das entrevistas em articulação com debates sobre a relação das meninas com os espaços públicos da cidade, com destaque para discussões sócio-antropológicas e feministas. No decorrer da pesquisa, a etnografia foi compreendida como um modo de produzir conhecimento com as interlocutoras. Willis e Trondman (2008) propõem um projeto etnográfico que considera a utilidade de teorias em relação às evidências empíricas. Assim, o contato com o mundo pode produzir “surpresas” e tensionar as teorias sociais. Nesse sentido, as análises apresentadas foram desenvolvidas a partir de situações e *insights* vivenciados por meio do trabalho de campo.

Dessa maneira, primeiramente, serão apresentadas reflexões sobre entraves relacionados à apropriação das meninas dos espaços públicos da cidade. No campo, situações de assédios e perseguições vivenciadas por estudantes nos caminhos de suas casas até a escola foram marcantes para a criação do grupo por professoras e alunas em 2017. As discussões sobre esses episódios, que não eram casos isolados, também foram importantes para a continuidade do engajamento das meninas no grupo no decorrer dos anos. Além dessa problemática, discute-se como a condição de não-adultas, em articulação com outros marcadores sociais, pode afetar o acesso das meninas aos espaços públicos da cidade, sobretudo as mais novas. Considerando esses debates, apresenta-se que os desafios na apropriação de espaços públicos, bem como outras questões relacionadas ao curso da vida e às relações de gênero, podem indicar para outras formas e espaços de socialidade das meninas como suas casas, as redes sociais e a própria escola.

1 Os nomes adotados na investigação são fictícios. Os procedimentos da pesquisa seguiram as recomendações do Comitê de Ética, considerando a pesquisa com menores de 18 anos.

Ainda, tendo em vista as análises sobre os lugares de socialidade das meninas, serão apresentadas reflexões sobre práticas político-pedagógicas relacionadas às discussões de gênero e sexualidade na escola. Como uma experiência coletiva e feminista, o grupo com o qual a pesquisa foi realizada dialoga sobre as experiências das meninas na cidade, em seus trajetos cotidianos e no próprio espaço escolar, apresentando formas de ressignificação e enfrentamento de violências vivenciadas nesses contextos. Considerando isso, os diálogos sobre essas temáticas com Rebeca, ex-aluna da instituição e participante do grupo em seu período de formação, serão colocados em evidência. A partir disso, destaca-se, também, o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, plurais e de oferecimento às meninas de instrumentos e práticas para um fazer-cidade mais diverso (Agier, 2015).

Por fim, entende-se que os diálogos e atividades oferecidos pelo coletivo feminista possibilitam compreender com maior profundidade os desafios relacionados à mobilidade das meninas. A partir disso, retoma-se como gênero, curso da vida e lugar podem se constituir como categorias sociais relevantes. Apresentam-se alguns caminhos que podem ser interessantes para continuar pensando sobre essas categorias para além de recortes de investigação, como a partir dos estudos sobre as meninas (Mitchell; Rentschler, 2016). Pontua-se que uma perspectiva feminista, em diálogo com as teorias sociais, pode ser importante para considerar as meninas e a cidade em um sentido analítico, mas também político. Dessa maneira, compreende-se que uma análise interseccional, considerando ainda raça, classe e outros marcadores, caminha juntamente com uma preocupação com a justiça social, se atentando aos desafios enfrentados pelas meninas nesses processos de apropriação dos espaços urbanos e possibilidades de transformação desse cenário (Collins, 2017).

O COTIDIANO DAS MENINAS NO BAIRRO: MOBILIDADES, GÊNERO E CURSO DA VIDA

As reuniões do coletivo feminista estudantil aconteciam às sextas-feiras. Naquele dia, caminhávamos ao redor da escola para uma atividade de colagem de lambes. Enquanto colávamos mensagens nos postes como “se livre do que não te deixa ser livre” produzidas pelas estudantes, elas me contavam sobre o bairro onde moravam. Passávamos pelo trajeto que realizavam todos os dias ao irem a pé de suas casas até a escola. As meninas apostavam corrida até o próximo poste e, ao mesmo tempo, os lixos abertos e fezes de animais que desviávamos me chamavam a atenção. Lara, enquanto colocávamos uma mensagem perto de uma casa com um gatinho bastante simpático, me contou que, uma vez, vindo a pé para a escola, um rato tinha saído daquela casa e passado pelo seu pé. Em seguida, me contou

sobre o “cachorro capivara”, o *bull terrier* apelidado assim pelas meninas por sua aparência curiosa.

Esse caminho percorrido pelas estudantes diariamente era marcado por dimensões como a sujeira, os lixos bagunçados, mas também os apelidos para os animais da vizinhança e as brincadeiras entre as amigas. Com o decorrer da pesquisa, foi notável que a apropriação das meninas do espaço do bairro enfrentava alguns desafios. Parte desse cotidiano eram situações que impactavam diretamente o seu acesso à escola e suas socialidades, como problemas relacionados ao descarte de lixo no bairro, que nos introduzem a alguns desafios do território. Entretanto, também destacam-se as situações graves de assédio vivenciadas pelas meninas. O surgimento do coletivo em 2017 na escola está relacionado diretamente a violências enfrentadas pelas estudantes no bairro, como assédios e perseguições, além de conflitos internos na instituição.

A escola é situada no distrito Cidade Líder, na zona leste de São Paulo. O distrito, da subprefeitura de Itaquera, juntamente com Artur Alvim, Itaquera e Parque do Carmo, possui 136.660 habitantes². É possível destacar transformações econômicas e sociais relevantes na zona leste nas últimas décadas, parte de processos de investimentos públicos e privados que implementaram na região grandes *shoppings centers*, prédios comerciais, hipermercados e arenas esportivas como a Corinthians (Machado, 2018). Em bairros como a Mooca e Tatuapé, esses investimentos tornam-se evidentes, demonstrando uma “centralização” desses espaços da região. Entretanto, essas transformações não são distribuídas igualmente na zona leste e aproveitadas amplamente por moradores dos distritos.

O Cidade Líder se afasta desse “centro” da leste e seus moradores não acessam amplamente os resultados desses investimentos. No bairro, duas distinções são importantes para refletir sobre as condições de habitação dos moradores e moradoras: quem mora na parte alta e na parte baixa. Transitando pela parte baixa, próxima de grandes avenidas, pode-se ver ruas pavimentadas e casas de alvenaria com quintal e garagem. Essa é a parte próxima ao parque, de fácil acesso ao comércio local e a outros serviços na região. Na parte alta, na favela Maria Luiza, as condições de habitação são diferentes. As casas são acessadas por ruas estreitas ou vielas e, muitas vezes, não possuem quintais. A maioria das estudantes da escola moram em seus arredores e transitam pelo bairro a pé.

2 De acordo com dados disponibilizados pela prefeitura paulistana, o IDH da subprefeitura de Itaquera é 0,758. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/licenciamento/desenvolvimento_urbano> (acesso em: 21 de mar. 2025).

Nos trajetos cotidianos de alunos e alunas, um caso de assédio experienciado por uma estudante marcou a criação do coletivo feminista na escola. Em 2017, uma aluna do quarto ano do ensino fundamental entrou no espaço escolar assustada e fragilizada após ser perseguida por um homem em um carro no caminho de sua casa até a instituição. Esse acontecimento, conflitos na escola e discussões sobre gênero que efervesciam nas turmas impulsionaram a criação do grupo por professoras e estudantes. De 2017 até 2023, a professora Vanessa, pedagoga e professora de Português, foi a responsável pelo coletivo. Em 2024, Carolina, professora de Ciências, assumiu essa posição. Vanessa, em 2017, foi quem acolheu a estudante após a situação de assédio descrita anteriormente.

Veio uma menina que ela relatou que no caminho da escola, da casa dela para a escola, um cara chamou ela, quase colocou ela para dentro do carro, ela saiu correndo, entrou na escola chorando e uma das primeiras pessoas que ela viu lá embaixo fui eu. Então, e aí eu lembro de ter acolhido ela, ela chorou copiosamente, professora, eu fiquei com muito medo... (Vanessa, 2024, entrevista).

Após esse episódio, e conversando com outras alunas sobre o caso, Vanessa pontuou que foi possível entender que o que aconteceu com a estudante não era um caso isolado:

E aí a gente falou, vamos fazer movimento aqui, porque tá complicado, né? Ver o que aconteceu com a nossa aluna. Quando aconteceu isso com ela, a gente acabou conversando com uma parte das adolescentes... assim... e acontece direto. Direto. E era no trajeto da casa pra escola ou da escola pra casa, entendeu? Aí a gente falou, vamos fazer um negócio aqui pra elas entenderem a relação com o território, pra gente entender por que isso acontece e o que a gente pode fazer. E outras questões foram surgindo, professor que não deixa as meninas jogarem bola, só deixa os meninos. Aí foram tendo várias outras reclamações, né? Os meninos que passavam a mão mesmo, que não respeitavam, eram agressivos verbalmente, interrompiam as meninas quando elas estavam falando, aí a gente foi identificando vários elementos dentro da escola, né, que isso precisava ser trabalhado. E aí surge a ideia de fazer o coletivo em 2017 e depois em 2018. (Vanessa, 2024, entrevista)

Ainda sobre as situações de assédio experienciadas pelas meninas, de acordo com a professora Carolina, quando o coletivo começou a dialogar sobre essas questões, as estudantes se engajaram com maior intensidade em suas atividades:

Quando a gente começou a validar a questão do assédio que elas sofriam na rua e falar que não era culpa delas, que isso era uma coisa que acontecia com todas... porque elas tinham vergonha, elas se achavam culpadas, achavam que foi a roupa. Então quando a gente começou a tocar nessas questões e elas começaram a denunciar, “ah prô, toda vez que eu saio de casa tem homem no bar que fica mexendo comigo”, “ele é meu vizinho e ele sai pra fora e fica falando coisas inadequadas comigo”, aí a outra “eu já fui perseguida por carro”, “toda vez que eu saio os caras ficam buzinando na rua”, quando a gente abriu espaço para elas falarem disso, foi aquilo que trouxe elas para elas quererem agir e participar do coletivo. (Carolina, 2024, entrevista).

Atualmente, de acordo com as professoras, ainda existem relatos de situações de assédio no trajeto das estudantes. É preciso pontuar que a idade da maior parte das alunas da escola se relaciona a essas situações de violência que motivaram a criação do grupo. Mesmo com professoras morando na região da escola e transitando a pé por esses espaços, essa problemática foi evidenciada ao ouvir os relatos das estudantes. As professoras, em nossas entrevistas, destacaram suas percepções de que meninas sofrerem mais assédio do que mulheres adultas em espaços públicos. Vanessa, por exemplo, enfatizou como a sua experiência de andar pelas ruas da cidade se diferencia ao estar com a sua filha de 12 anos, que sofre recorrentemente assédios.

A pesquisa de 2021 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública afirma que 80% das vítimas de violência sexual são meninas de 10 a 14 anos de idade (FBSP, 2022). Essa é a idade das estudantes que frequentam a escola de ensino fundamental e, também, que participam do coletivo. Com esses dados, é possível perceber que os lugares mais violentos para meninas e mulheres são dentro de suas próprias casas, principalmente pelas violências serem praticadas, muitas vezes, por pessoas conhecidas ou da família. Como o campo da pesquisa apresenta, os espaços públicos da cidade também se constituem como lugares em que meninas experienciam situações violentas.

Pierre Mayol (1995) destaca que o uso cotidiano do bairro implica em apropriações de moradores e moradoras desse espaço urbano, imprimindo marcas próprias na cidade: “Pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo, de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.” (Mayol, 1997, p. 40). Nesse processo, o bairro é compreendido em sua dimensão dinâmica, que exige aprendizagem, expressa nos corpos de seus mora-

dores e moradoras. Esses corpos na rua, de acordo com Mayol, são acompanhados por uma “ciência da representação” (Mayol, 1997, p. 48), comunicando vizinhos a partir de gestos e comportamentos. Contudo, considerando as situações compartilhadas pelas meninas, a relação de seus corpos e o território podem apresentar outros matizes, indicando efeitos nesse processo de apropriação cotidiano do espaço urbano.

Em “Sociedade de Esquina”, William Foote Whyte (2005), a partir de seu contexto de investigação, apresenta uma reflexão sobre as jovens que conheceu em Cornerville. O autor destaca que se deparou com dificuldades em se relacionar com as meninas, já que um contato próximo, como frequentar suas casas ou acompanhá-las à Igreja, significava um interesse romântico. Além disso, o acesso das meninas aos espaços públicos era restrito:

Com o passar do tempo, descobri que a vida em Cornerville não era nem de perto tão interessante e agradável para as garotas como para os homens. Um rapaz tinha total liberdade para sair e andar a pé. As garotas não podiam ficar pelas esquinas. Tinham que dividir seu tempo entre sua casa, a casa das amigas e dos parentes e um emprego, se fosse o caso. (Whyte, 2005, p. 300).

A pesquisa clássica do autor nos bairros periféricos de Boston é centrada nas práticas culturais de jovens rapazes. Contudo, a ausência das jovens nas “esquinas” ainda possibilitaria reflexões importantes. Como afirma Weller (2005), um olhar atento para como as jovens concretamente vivenciam suas condições juvenis e estabelecem suas práticas culturais é extremamente relevante. Com isso, nesse caso, seria possível pensar em como essa limitação aos espaços públicos indicada por Whyte ocorre, seus motivos e, também, nas estratégias elaboradas pelas jovens de Boston naquele contexto para estabelecer suas práticas culturais. Nesse sentido, essa ausência, ao contrário de desinteressante, poderia demonstrar especificidades das relações das meninas com os espaços públicos.

McRobbie e Garber (1982) na coletânea *Resistance Through Rituals: Youth Subcultures in Post-War Britain* (Hall; Tony, 1982) analisam criticamente a ausência das jovens nos estudos sobre as subculturas no contexto de pós-guerra no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos da Universidade de Birmingham. As autoras problematizam esse cenário nas análises e buscam elaborar hipóteses para isso, complexificando o lugar das meninas nas práticas culturais situadas nos espaços urbanos. As investigadoras introduzem ideias importantes, como a de que as práticas culturais das jovens podem ser estruturadas de outras formas,

considerando desigualdades de gênero. Ainda, apresenta-se a reflexão de que as jovens também podem estar ausentes da bibliografia sobre as culturas juvenis urbanas naquele momento por uma não documentação de suas práticas com a mesma intensidade do que a dos jovens, como indicaram as autoras pensando sobre as *Teddy Girls* na Grã-Bretanha.

No âmbito dos estudos sobre a juventude, as concepções de cultura e ação social que envolvem algumas pesquisas podem ser problemáticas para colocar em destaque as meninas (McRobbie; Garber, 1982; Weller, 2005). Nos anos 1960, a interpretação de subculturas juvenis como formas simbólicas de resistência em oposição a uma cultura hegemônica das classes dominantes se destaca (Hall; Tony, 1982). Entretanto, esse sentido de resistência poderia excluir práticas protagonizadas por meninas ao não corresponderem às expectativas relacionadas a essa noção de subcultura de resistência espetacularizada, comumente associada aos jovens meninos. Podemos estender essa crítica às diversas expressões político-culturais juvenis não cis-heteronormativas que, não correspondendo a essa binariedade, podem extrapolar de outras maneiras essas expectativas relacionadas às práticas juvenis.

Além disso, considerando as meninas mais novas, as suas relações com o espaço urbano podem ser mais restritas e pontuais, mas ainda apontam para seus modos de apropriação desse espaço. Nos caminhos de suas casas até a escola, dinâmicas próprias se estabelecem entre grupos de amigas, como pontuado anteriormente, como brincar de corrida até o próximo poste e apelidar os animais do bairro. Senkevics e Carvalho (2015) apresentam uma pesquisa sobre o papel da socialização familiar em trajetórias escolares de meninas e meninos a partir do olhar de 25 crianças de camadas populares de uma escola municipal de São Paulo. Na pesquisa, as meninas ressaltam as diferenças nas responsabilidades nas tarefas domésticas e no acesso à rua em comparação aos meninos. Os autores pontuam como as idas e vindas do espaço da casa para a escola eram um dos únicos momentos em que as meninas da pesquisa tinham acesso à rua.

Nesse sentido, destacam-se ausências e entraves possíveis nessas relações das meninas com os espaços públicos. Entretanto, ainda é necessário pensar sobre a condição de não-adulta das meninas e essas restrições. Aprofundando a análise sobre a relação entre gênero e idade, Mitchell e Rentschler (2016) exploram algumas tensões e conflitos nas práticas culturais das meninas em relação aos lugares. As autoras destacam o adultocentrismo na restrição das meninas aos espaços públicos, muitas vezes compreendidos como espaços de perigo. Afirma-se que, sobretudo para as mais novas, “Para criar seus espaços próprios, as meninas precisam lutar

para afirmar seus direitos a práticas de fazer-lugar que muitas vezes as colocam em conflito com estruturas de poder institucionalizadas.” (Mitchell; Rentschler, 2016, p. 02, tradução própria).

Assim, a restrição das meninas aos espaços públicos acontece, muitas vezes, através dessas perspectivas adultocêntricas que as limitam de acessá-los. Considera-se que existem relações de poder entre os mais novos e novas em relação aos adultos, impossibilitando, em muitos momentos, meninas e meninos de serem compreendidos por si mesmos (Sacristán, 2003). Entretanto, ressalta-se que essa restrição também pode ocorrer relacionada a violência que as meninas efetivamente experienciam no processo de apropriação desses espaços, como é verificável nos desafios enfrentados nos trajetos escolares das estudantes. Desse modo, é importante considerar essa dimensão ao explorar as maneiras criativas pelas quais as meninas transformam determinados lugares em seus “espaços próprios” (Mitchell; Rentschler, 2016).

Em relação ao contexto doméstico, vale destacar os modos como as meninas se apropriam desse lugar. Para pensar sobre a casa, retoma-se a discussão de McRobbie e Garber (1982) sobre os quartos das meninas enquanto lugares importantes e que se tornam “seus”, sobretudo a partir da cultura do quarto. As autoras destacam como a ênfase nas subculturas masculinas em um contexto de pós-guerra britânico se concentrava na ocupação dos meninos dos espaços públicos. Nesses estudos, não se considerava como as meninas ocupavam outros espaços e como essas localidades eram centrais em suas práticas culturais, como a casa e o quarto: “Pode, então, ser uma questão não da ausência ou presença de meninas nas subculturas, mas de toda uma rede alternativa de respostas e atividades por meio das quais as meninas negociam sua relação com as subculturas [...]” (McRobbie; Garber, 1982, p. 216, tradução própria).

Em um contexto contemporâneo, sobre a casa, ainda seria possível pensar na relação das meninas com “próteses” tecnológicas (Haraway, 2019), como seus celulares, computadores, videogames, ou ainda, livros, livros de colorir, entre outras possibilidades, constituindo as culturas dos quartos. Considerando a cultura de fãs como centrais na cultura de quarto apresentada por McRobbie e Garber (1982), ainda seria interessante questionar se os quartos continuam sendo relevantes nas culturas de fãs, mas agora mediadas, também, por diversas dinâmicas online, como os *fandoms*. Também é importante destacar que a noção de um quarto individual para os filhos e filhas aponta para uma perspectiva de classe social que não é presente para uma boa parte das meninas e meninos que não possuem

um quarto para si, e, muitas vezes, precisam compartilhar um mesmo ambiente com toda a família.

No caso das meninas do coletivo feminista da escola da pesquisa, elas compartilharam que realizavam atividades de lazer no espaço da casa, como a leitura, a escrita, o desenho e as atividades de colorir. Também ouviam músicas, assistiam vídeos, séries e filmes, navegavam pelas redes sociais e participavam dos *fandoms* de pop coreano através dos seus celulares. Assim, afirma-se que essas práticas culturais estão localizadas no âmbito doméstico e são atravessadas pelo digital. Contudo, não foi possível explorar com maior profundidade as relações das meninas com seus quartos, especificamente. De todo modo, ainda que possa não haver espaços adequados ou mesmo um quarto individual para muitas meninas, as novas tecnologias digitais podem ocupar de forma ainda mais intensa esse espaço de individualização que o quarto ou a cultura do quarto representavam.

A ESCOLA E PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS FEMINISTAS: VISIBILIDADE E ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIAS

Em relação à escola, no campo da pesquisa, nota-se a apropriação desse espaço pelas meninas, e por outros estudantes, em sua participação em projetos do contraturno, como no próprio coletivo feminista, entre seus pares e com alguns professores e professoras. Considerando isso, destaca-se que no decorrer da investigação foi possível observar como o espaço escolar permite algumas aberturas para diálogos e experiências relacionadas à gênero e sexualidade de modos mais plurais, em comparação a outros lugares de destaque no cotidiano das meninas. Nesse sentido, as situações de violência experienciadas pelas estudantes no espaço urbano e doméstico e a sua relação com a escola podem ser colocadas em evidência.

Em uma das reuniões do coletivo feminista em 2024, uma das estudantes compartilhou comigo e com a professora Carolina uma situação de violência sexual que havia sofrido há anos com um membro de sua família. A partir do grupo, a mãe da estudante foi informada e os encaminhamentos legais necessários foram realizados, com o auxílio da coordenação e direção escolar. A estudante afirmou que compreendeu que o que havia vivenciado era uma situação de abuso, como nomeou, a partir de discussões no coletivo. A professora Carolina também compartilhou que o grupo e a escola já receberam outras denúncias de alunas relacionadas à violência sexual no contexto doméstico – além das queixas das meninas em relação aos assédios nas ruas do bairro. Considerando isso, reflete-se sobre a abertura encontrada pelas alunas na escola, sobretudo no coletivo feminista, para dialogar sobre situações e o acolhimento realizado pelas professoras.

Desse modo, também apresentam-se algumas maneiras de como o lugar pode ser uma noção significativa para refletir sobre o “ser-menina”, sobretudo ao considerar as apropriações das mesmas de seus espaços de socialidade. Cabe destacar que, por essa perspectiva, compreende-se o lugar a partir de diversas relações sociais que se entrecruzam em um *locus* particular, como apresenta Doreen Massey (2000). Considerando isso, afirma-se que esses espaços são permeados por múltiplas relações conflituosas e alianças, com diferentes atores e atrizes. Os lugares, incluindo a escola, contém potencialidades e limites, se constituindo a partir das relações que as pessoas estabelecem entre si.

Entendendo isso, e dando enfoque ao coletivo feminista, ressalta-se que a escola, particularmente, pode oferecer algumas aberturas que contribuem, também, para refletir sobre a mobilidade das meninas. Não só a visibilidade a essas questões é oferecida pelo grupo, como também novos modos de compreender essas situações de violência, o compartilhamento coletivo de experiências consideradas injustas e atividades que impactam o território em alguma medida. Entre essas, estão a colagem de lambes feministas pelos muros e postes ao redor da escola, entrevistas com mulheres nos transportes públicos da região sobre assédio e com as mulheres do Parque do Carmo sobre a prática de exercícios em espaços públicos.

Masschelein e Simons (2014), analisando a noção de escola, defendem a ideia de que uma característica própria desse espaço é a democratização das coisas do mundo. Isto é, a partir desse espaço educativo, seria possível tornar as coisas do mundo um bem comum. Nesse sentido, determinados conhecimentos e práticas seriam postos à disposição de uma nova geração e novas formas e usos dessas coisas do mundo poderiam ser criadas pela juventude em seu tempo ocioso, suspenso do mundo. O coletivo feminista escolar, em seu sentido político e pedagógico, resgata, de certa maneira, a proposição dos autores sobre o que de particular haveria nessa noção democrática de escola. No caso do grupo, as discussões sobre as experiências das meninas em seus bairros, trajetos cotidianos e no próprio espaço escolar, apresentaram possibilidades de enfrentamento de diferentes situações.

Rebeca, de 18 anos, participou do coletivo em 2017 até se formar no ensino fundamental. A jovem ressaltou uma relação entre a sua identidade, a maturidade e um senso de segurança construído a partir das discussões acessadas no coletivo feminista. Isso também se relacionava com questões de mobilidade, como em sua relação com os espaços da cidade. Desse modo, a jovem relacionou a sua participação no coletivo e seus efeitos no tornar-se “mulher”, como o senso de segurança construído em oposição a uma noção de “menininha indefesa”: “A gente não sente mais aquela menininha indefesa, entendeu?” (Rebeca, 2023, entrevista). De acordo

com a jovem, situações de assédio experienciadas no contexto urbano a faziam sentir culpada ou com medo. Com as discussões do grupo, foi possível ressignificar algumas dessas experiências: “Tanto é que hoje eu saio na rua, eu ando sozinha e eu boto a cara no jogo, por conta delas.” (Rebeca, 2023, entrevista). Ainda apontou:

Antes eu tinha muito medo de pegar metrô sozinha, com medo do que poderiam fazer comigo e hoje não, hoje eu pego o metrô, eu vou pra Mauá, eu pego o trem, eu pego o inter-estadual e tudo certo, e tipo assim, tirou muitos medos, porque eu tinha medos bobos, eu não deveria ter medo de viver então ajudou bastante. (Rebeca, 2023, entrevista)

Além disso, considerando os processos de apropriação dos espaços públicos da cidade, vale destacar a presença no espaço da casa de meninas e meninos e a execução de tarefas domésticas. Rebeca relatou que na infância era a principal responsável pelas tarefas de sua casa. Por isso, enquanto seu irmão aproveitava o seu tempo livre na rua jogando bola com os amigos, Rebeca permanecia no espaço doméstico. A participação no coletivo feminista, para a jovem, também possibilitou discutir e compreender situações experienciadas que considerava injustas.

Maria Eduarda: O que você acha que te levou a se interessar bastante de primeira pelas temáticas? Tem algo específico que você acha que fez você se engajar?
Rebeca: Eu acho que foi pela minha criação. Fui criada com muito homem e as coisas eram bem tipo assim “ah, isso é coisa que menina tem que fazer”, “Rebeca lava a louça”, e eu ficava tipo, pô, mano, ele também tem mão, velho. Sabe? Tipo, ele sujou o prato. Meu irmão sujava o prato e eu tinha que lavar o prato dele, entendeu? Eu ficava o dia inteiro limpando a casa e meu irmão podia ficar na rua jogando bola. Eu ficava muito brava porque, pô, eu também tenho amigo. Eu também quero ir lá jogar bola com os amigos, e eu não podia. [...] E eu via tipo assim, umas coisas que eu já desde pequena não concordava. Eu falava, “eu não aceito isso, eu não vou fazer, você pode me bater, que eu vou apanhar, ficar de castigo, porque eu não vou fazer”. Porque eu não achava certo. Aí quando eu vi a luta do coletivo feminista em relação a isso, eu falei ah é aí que eu quero entrar, eu quero ter esse poder, esse lugar de fala. E aí foi onde eu falei, não, agora eu entendi o que eu pensava faz sentido, eu não tô doida da cabeça. Achava que eu era doida, eu ficava, não, só eu devo pensar assim, não é possível. (Rebeca, 2023, entrevista)

Considerando o relato de Rebeca, nota-se como o coletivo pode ser um lugar de discussão de experiências cotidianas das meninas, inclusive envolvendo questões

relacionadas ao seu acesso aos espaços públicos, entre outras questões relacionadas às suas mobilidades. Além disso, ao falar sobre a sua circulação pela cidade, a jovem destaca como o grupo foi importante para ressignificá-la e para a construção de um senso de confiança. Dessa maneira, retoma-se o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, plurais e de oferecimento às meninas de instrumentos e práticas para um fazer-cidade mais diverso (Agier, 2015). Com o coletivo, diferentes estratégias de pensar, estar e fazer a cidade podem ser compartilhadas entre meninas e mulheres. Nesse sentido, essas dimensões como parte do “mundo” também se tornam públicas, abrindo possibilidades para compreender com maior profundidade os desafios relacionados à apropriação dos espaços públicos pelas meninas, mas também para elaborar estratégias de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2025, ao apresentar os resultados da pesquisa com o coletivo feminista na escola, em uma roda de conversa com professoras, um professor e alunas, a discussão sobre a relação das meninas e a cidade foi um destaque. André, o professor de Educação Física que estava presente, ressaltou que a discussão o fez lembrar de quando tinha 12 anos e atravessava a cidade para participar de treinos de futebol e seleções para times. O professor lembrou-se do medo que sentia em muitos momentos nesses trajetos. Assim, nos perguntou como deveria ser, então, para as meninas, que muitas vezes estão sujeitas a violências como os assédios que discutimos. Com isso, o professor nos questionou como isso poderia afetar a prática de exercícios físicos das meninas, por exemplo. Silvia Tapia (2025), em pesquisa sobre mobilidades juvenis em Buenos Aires, discorre sobre imobilidades que podem permear as experiências estudantis. Ela destaca que, ao considerar essa questão, é necessário pensar não só nas barreiras materiais que limitam essas mobilidades, mas também em questões simbólicas. A perspectiva da autora dialoga com os desafios enfrentados pelas meninas em suas trajetórias até o espaço escolar, mas também para além dele. As práticas de lazer e a apropriação das meninas dos espaços da cidade, em um sentido mais amplo, também são afetadas por essas dimensões, como nos provoca o professor a pensar.

Machado (2018), refletindo sobre o distrito de Cidade Tiradentes na zona leste paulistana, explicita que um dos impactos da expansão da urbanização na região foi a ampliação de diferentes cidadinidades. De certo, os usos criativos dos espaços urbanos realizados por meninas e meninos se configuram como práticas de lazer, ativismos, práticas religiosas, lúdicas entre muitas outras, como os coletivos político-culturais feministas. Contudo, pontua-se que para além desses

usos criativos do espaço urbano e diferentes ativismos, é necessário considerar, também, problemáticas enfrentadas por determinados atores e atrizes em relação a esse processo. Para as interlocutoras da pesquisa, a sua relação com os espaços públicos era marcada por questões como a violência de gênero e sexual. Nesse sentido, ressalta-se que essa dimensão, aliada a outras problemáticas ou marcadores, pode produzir efeitos específicos nas práticas culturais das meninas.

As meninas do coletivo dialogavam sobre as suas experiências como meninas cisgênero de 10 e 11 anos. Caberia ainda pensar como esses desafios se colocam para meninas trans, mais velhas, entre outras possibilidades. A interseccionalidade é um instrumento analítico que nos permite olhar para as “encruzilhadas”. Por essa ótica, as dimensões de raça, gênero, classe, etárias (entre outras) se interseccionam, gerando contextos e experiências diversificadas de violência, e também de resistência, para diferentes posições que atores e atrizes assumem nas encruzilhadas (Collins; Bilge, 2020). Caminhando pelo bairro da escola com Daniela, professora da escola, conversamos sobre um de seus alunos de 10 anos que passava todo o seu tempo livre na rua. O estudante contou que voltava para casa apenas às duas da manhã, de acordo com o que relatou em sala de aula. Desse modo, é significativo ressaltar que gênero, curso da vida e lugar também são noções importantes para pensar sobre as experiências dos meninos e a constituição de suas masculinidades, infâncias, juventudes e apropriação dos espaços urbanos.

Mitchell e Reid-Walsh (2005) entendem o ser-menina como uma experiência em transformação, que parece estar se estendendo ao longo da vida. Refletindo sobre processos de juvenilização cultural, as autoras destacam que isso não parece se estender apenas para cima, invadindo a adultez, mas também para baixo, atingindo as meninas mais novas. Essa dimensão coloca novos desafios às pesquisas com as meninas e novas perguntas. De acordo com Mitchell e Reid-Walsh, talvez essas questões destaquem ainda mais a dimensão fabricada da juventude e um aspecto relacionado a sua generalização. A categoria menina, entendida “em aberto”, pode ser uma estratégia interessante para compreender as práticas culturais das meninas com mais nuances. Judith Butler (2021) apresenta “mulher” como uma categoria política e elabora reflexões sobre o sujeito do feminismo. A autora tece críticas à compreensão de mulher como uma categoria com uma definição em si mesma. A partir dessas reflexões, é necessário considerá-la como algo em constante reconstrução, constituída a partir das práticas culturais dos sujeitos. Assim, tendo em vista as relações etárias nesse debate, a categoria menina pode ser entendida como algo em construção.

Nesse sentido, ressalta-se como gênero e juventude podem impactar essas experiências dos espaços públicos ao serem olhados relacionalmente e como categorias sociais. Dessa maneira, destaca-se como a relação entre gênero, juventude e lugar pode ser pensada em um sentido produtivo. A produção crescente de trabalhos sobre gênero e juventude nas Ciências Sociais indica um interesse de pesquisadoras e pesquisadores sobre essas temáticas. Entretanto, reafirma-se que são necessárias análises sobre como essas categorias são mobilizadas em nossas investigações. Assim, retoma-se a reflexão de que essas noções não são apenas características de determinados interlocutores e interlocutoras. É preciso considerar a produção teórica sobre essas categorias para ampliar as compreensões possíveis sobre gênero e curso da vida. Não apenas isso, mas também considerar como as pesquisas empíricas com as meninas e meninos possibilitam revisá-las, questioná-las e torná-las vivas (Peirano, 2016).

Considerando essas questões, apresenta-se a escola como um locus importante para a pesquisa interessada em uma aproximação das meninas e suas práticas culturais. Retoma-se, também, a relevância de uma perspectiva feminista e interseccional ao considerar esse cenário e interlocutoras de pesquisa. No caso das meninas que participavam do coletivo, como experienciavam as suas condições estudantis indicava para questões específicas, como a violência sexual, de gênero, mas ainda questões de classe e étnico-raciais, como o acesso precário de meninas a determinados cuidados e itens de higiene básica essenciais, como absorventes, questões envolvendo a autoestima, casos de racismo e dificuldades de autorreconhecimento racial. Nesse sentido, as diferenças sociais articuladas e discutidas no decorrer da investigação se constituem, em muitos momentos, como desigualdades. Considerar isso é importante para retomar o aspecto da justiça social presente em uma análise feminista e interseccional. Patricia Hill Collins (2017) apresenta como a apropriação da interseccionalidade pela academia neoliberal perdeu algo nessa tradução. Essa perda foi a não consideração de que uma análise social que considera classe, raça e gênero – entre outros marcadores, como idade – foi elaborada a partir dos movimentos sociais e projetos emancipatórios.

Nesse sentido, retoma-se, também, o lugar da escola enquanto um espaço de discussões públicas, do “comum”, e de oferecer às meninas a possibilidade de concretizar seus direitos. Agier (2015) ressalta como o “fazer-cidade” é uma prática em movimento, algo em transformação: “Locais, particulares ou precárias, as práticas do fazer-cidade assim revelam uma certa universalidade da cidade, no sentido de que deixam entrever inícios, gêneses, processos e lógicas da cidade, cujo final não conhecemos.” (Agier, 2015, p. 494). Pensando nessas possibilidades

de transformação, retomo um questionamento fundamental de Maitê, estudante que participa do coletivo feminista: “Ué, se as meninas não morarem no mundo, vão morar onde?” (Maitê, 2024, atividade do coletivo feminista). Moramos no mundo, na cidade e ocupamos os seus espaços. Por isso, mesmo não sabendo o “final”, as tentativas de tornar públicas as estratégias e conhecimentos de meninas e mulheres relacionados ao fazer-cidade e seus desafios tornam-se fundamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. *Mana*, v. 21, p. 483–498, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwvjb344NF3s8s>>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Silma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. v. 5 n. 1, 2017.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022: Violência Sexual Infantil - Os Dados Estão Aqui Para Quem Quiser Ver*. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/14-anuario-2022-violencia-sexual-infantil-os-dados-estaoaqui-para-quem-quiser-ver.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- FRAZÃO, Maria Fernanda Corrêa. *Meninas adolescentes em meios populares na cidade de Campinas (SP): gênero, sexualidade e a relação com a escola*. Mestrado em Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2024.
- HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony. *Resistance through rituals*. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Universidade de Birmingham, 1982.
- HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. Revolução Periférica: A Prática do Skate no Extremo Leste Paulistano. *ILUMINURAS*, v. 19, n. 47, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/89026>>. Acesso em: 22 mar. 2025.
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. *Em defesa da escola: uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.) *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus, 2000.

- MAYOL, Pierre. Primeira parte - Morar. *In: A invenção do cotidiano*. Vol. 2. Morar, cozinhar. CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (Orgs.). Petrópolis, Vozes, 1997.
- MCROBBIE, Angela; GARBER, Jenny. Girls and subcultures. *In: HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (Orgs.). Resistance through rituals*. Youth and subcultures in post-war Britain. Londres: Universidade de Birmingham, 1982.
- MITCHELL, Claudia; REID-WALSH, Jacqueline. Theorizing Tween Culture Within Girlhood Studies. *Counterpoints*, v. 245, p. 1-21, 2005, Vol. 245. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/42978689>> Acesso em 01 jul. 2025.
- MITCHELL, Claudia; RENTSCHLER, Carrie. *Girlhood and the politics of place*. Nova Iorque: Berghahn Books, 2016.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, v.2, 2008. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/pontourbe/1890>>. Acesso em: 29 abr. 2024.
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. Onde estão as meninas? Questões para pesquisas sobre culturas juvenis hegemonicamente masculinas. *Etnográfica*, v. 27, n. 1, p. 51-71, 2023.
- SANTOS, Luanna Merigüete. *A quem é possível a juventude? Meninas e Meninos entre o ser jovem e o ser aluna/aluno*. Mestrado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.
- SILVA, Cristiane Gonçalves da.. ENCONTROS NOS TERRITÓRIOS: ESCOLA, TECNOLOGIAS JUVENIS E GÊNERO. *Cadernos De Pesquisa*, v. 49, n. 171, p. 180–202, 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145323>
- SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 944–968, out. 2015.
- TAPIA, Silvia Alejandra. Introducción. *In: TAPIA, Silvia Alejandra (org.). Movilidades escolares (in)justas: experiencias de jóvenes en escuelas secundarias de Buenos Aires, Córdoba y São Paulo*. Buenos Aires: TeseoPress, 2025.
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 107–126, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- WILLIS, Paul.; TRONDMAN, Mats. Manifesto pela etnografia., Porto, Portugal, n. 27, p. 211-220, 2008.
- WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2005.